



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007047-67.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Imissão**  
Requerente: **Rodrigo Moreira de Lima**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**RODRIGO MOREIRA DE LIMA** ajuizou ação de obrigação de fazer com tutela antecipada em face de **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO** alegando que exerceu a função de agente penitenciário e por motivo de segurança pessoal adquiriu uma arma de fogo de porte restrito. Ocorreu que a Secretaria da Administração Penitenciária reteve a entrega da referida arma. Em razão desses fatos, pleiteou a liberação da arma de fogo adquirida, vez que preenche todos requisitos legais para seu porte. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida.

Citado, o requerido apresentou contestação. Sustentou, em resumo, que não há prova nos autos de que o autor efetuou a compra da referida arma e que esta encontra-se retida junto à administração penitenciária. Afirmou que, segundo informações da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado, o autor teve indeferido pedido de expedição de Carteira de Identidade Funcional para porte de arma de fogo. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Não há nos autos qualquer documento que comprove que o autor adquiriu arma de fogo e que esta se encontra retida junto à Secretaria da Administração Penitenciária.

Impunha-se ao autor a comprovação dos fatos narrados na peça inicial, valendo-se de todos os meios de prova em direito admitidos, lembrando-se sempre que, para o processo civil brasileiro, prevalece o sistema do livre convencimento motivado do juiz ou da persuasão racional diante dos elementos de convicção colhidos aos autos.

José Roberto dos Santos Bedaque, em sua obra “Poderes Instrutórios do Juiz”, 2ª edição, editora RT, página 86, concluiu que: *“As regras referentes à distribuição do ônus da prova devem ser levadas em conta pelo juiz apenas e tão-somente no momento de decidir. São regras de julgamento, ou seja, destinam-se a fornecer ao julgador meios de proferir a decisão, quando os fatos não restaram suficientemente provados”*.

Nestes autos, o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiaais, claudicando com o ônus processual, pelo que deve ser o processo julgado improcedente.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ressalvada a gratuidade.

P. I. C.

Araraquara, 21 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**

**1007047-67.2018.8.26.0037 - lauda 2**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**